

Economia



Affonso Ritter

Observador

aritter20@gmail.com

O salto da Bolsa de Valores

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) está fechando o ano com uma valorização em torno de 39%, o melhor resultado desta década, sendo que em 2010 foi de 1,07%; em 2011 de -18,56%; em 2012 de 7,56%; em 2013 de -16,52%; em 2014 de -4,91% e em 2015 de -11,9%. Segundo Alexandre Wolwacz, sócio do Grupo L&S - grupo de empresas na área de investimentos com sede em Porto Alegre - os setores mais poderosos do ano foram siderurgia, elétricas e bancos. E, entre os mais frágeis, a telefonia fixa, madeira e celulose. Algumas empresas do setor de comércio chegaram a valorizar 500%, comenta o especialista, que lembra ainda o feito da Petrobras, que chegou a valorizar quase 135% no ano.

A mudança de governo

A causa provável deste histórico desempenho da bolsa é atribuída pelo sócio do grupo L&S, Alexandre Wolwacz, à mudança de governo: de Dilma Rousseff, menos alinhado com o mercado, para Michel Temer, mais alinhado, menos estatizante e mais comprometido com a meta de inflação e controle das finanças.

Energia para Sapiranga

A RGE Sul investiu R\$ 1,3 milhão na expansão do sistema de alimentadores da Subestação Sapiranga, reforma de 4,8 km de rede com a implantação de condutores mais robustos e de maior capacidade e troca de 167 postes de madeira por concreto. Benefício para 29.100 clientes da zona urbana.

Site Auxiliadora Predial

Já está no ar o novo site de negócios da Auxiliadora Predial, o Auxiliadora Digital, com a oferta de mais de 45 mil imóveis para venda e 4 mil para locação imediata. Através dele, a empresa projeta multiplicar por três o milhão de acessos mensais atuais até final de 2017 e proporcional aumento de resultados.

Zaffari pela João Pessoa

A Casa de Portugal vendeu para o grupo Zaffari sua propriedade na João Pessoa em Porto Alegre e ficou apenas com a sede campestre do Partenon. A ideia do Zaffari é ampliar o espaço de seu supermercado da Lima e Silva e criar um acesso nobre pela João Pessoa, como fez na loja da Getúlio Vargas, pela Bastian.

O bistrô que vira padaria artesanal

O Cumbuca Café Bistrô, que funciona há quase cinco anos no Bom Fim, em Porto Alegre, deixou de ser bistrô e virou padaria artesanal. Depois de ampliar de 50 metros quadrados para 150 metros quadrados o espaço, fabrica mais de mil pães por dia, usando duas toneladas de farinha de trigo por mês. Para conseguir atender a essa nova demanda, a equipe pulou de quatro para oito pessoas e outros quatro já estão previstos para o começo de 2017. "A fabricação de pães mudou a história do Cumbuca, já que passamos de uma média de lucro operacional de quase zero para média de 30% ao mês", compara um dos sócios, o publicitário Alexandre Barboza. O diferencial é a confecção artesanal sem produtos químicos e com fermentação natural.

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO

CRA-RS tem críticas ao PL que extingue fundações

Falta de diagnóstico prejudica a perspectiva positiva de enxugamento

Carolina Hickmann

carolina@jornaldocomercio.com.br

O projeto de Lei do Executivo nº 246/16, que autoriza a extinção de cinco fundações do Estado, ocupou a sessão plenária na tarde de ontem e também a atenção do presidente do Conselho Regional de Administração do Estado (CRA-RS). O presidente, Valter Luiz de Lemos, tem restrições ao projeto.

Ele é favorável à reestruturação do Rio Grande do Sul, mas não acredita que a maneira como o governo está desenvolvendo a estratégia seja a mais adequada. Apesar de entender as questões orçamentárias, Lemos critica a falta de diagnósticos que embasem as decisões.

Ele também questiona a demissão de corpos técnicos qualificados de algumas fundações. A entrevista foi concedida ao **Jornal do Comércio** enquanto a sessão que discutia a matéria acontecia na Assembleia Legislativa.

Jornal do Comércio - Qual sua avaliação sobre o Projeto nº 246?

Valter Luiz de Lemos - Entendemos que a estrutura estatal precisa ser adequada, modernizada e melhor gerenciada. Em momento algum sou favorável, no entanto, à dispensa de profissionais capacitados, preparados pelo próprio Estado para funções intrínsecas. É função do Estado preparar seus funcionários. Senão haverá impacto na gestão e no funcionamento estatal. Se é esta a política, tudo bem, mas qual será o custo? Às vezes o custo da dispensabilidade de uma organização é mais caro do que a própria contratação externa, na medida que se perde talento humano preparado para aquela competência específica, como no caso da Fundação de Recursos Humanos (FDRH). Se a Escola de Governo está na fundação é por não haver servidores que consigam fazer o treinamento adequado no Estado. Trago a Escola para o Executivo. Quem fará o treinamento se cortei quem tem competência na fundação? Isso é diagnóstico mal trabalhado ou que nem foi trabalhado.

JC - Então existem críticas ao projeto?

Lemos - Críticas à forma que foi encaminhado o projeto, sem um diagnóstico adequado. Por mim pode enxugar mais secretarias e terceirizar inúmeras coisas no Estado. Por mim terceirizam até a Educação. Ninguém tem coragem de dizer isso. O Estado é responsável por Educação, Saúde e Segurança, pela Constituição. Então diminuimos algumas funções de Estado e arrasamos as fundações sem saber que papel iremos querer dessas funções, algumas vitais outras não. Este diagnóstico não está escrito. A crítica é ao projeto como foi estruturado e levado aos deputados que irão decidir sobre um algo cujo as fundamentações não são bem clarificadas. A economia que se tira deste projeto é tão ínfima percentualmente. Se fizerem a máquina funcionar só com os servidores do Estado, sem CCs, seria uma economia muito maior. Esse diagnóstico não foi feito por não interessar. Sou favorável que se respeite as funções do Estado mediante um diagnóstico adequado. A Fundação de Economia Estatística é a memória viva da informação dos dados de tudo o que diz respeito a estéticas



Presidente do Conselho questiona a demissão de pessoal técnico e qualificado das entidades

do Estado. Essa função será terceirizada? Para que manter-se então a famosa empresa de pedágios. Muita coisa de diagnóstico poderíamos participar. O Estado pode estar pisando na bola em termos de futuro.

JC - Quais serão as consequências dessa extinção?

Lemos - Em algumas perderemos capital humano. Para recuperar isso no futuro não será fácil. A Fee, a Cientec e a Fepagro teriam essas implicações, são importantes. Nos recursos humanos eu entendo que o núcleo de funcionários treinados e capacitados poderiam ser absorvidos de uma outra forma. Já que existe a Uergs, poderia ser acoplado e dar continuidade a função de aperfeiçoamento de funcionários públicos.

JC - Prazo de 180 dias é tempo viável para uma reestruturação de funções acontecer?

Lemos - Se eu pensar que o Estado precisará fazer concursos públicos, não é. Se eu estou eliminando um organismo preparado, serei obrigado a isto. Terá que fazer licitação, penso eu. Ou irá se socorrer de uma fundação do governo federal? Vai se valer de quê? Se tiver que fazer uma licitação terá que ser permanente. Aí temos elaboração de concurso público, editais, prazos, nomear pessoas? Em seis meses? E se tiver algum recurso no meio do caminho. Pode até fazer o concurso, não vejo problema. Mas nas dimensões do Estado teremos que nomear pessoas. Você retira, mas terá que recolocar adiante. O pessoal que está em CLT, se aposenta no INSS. O caixa do Estado está sendo criticado por ter mais aposentados do que ativos. Esse diagnóstico não temos. A não ser que o Estado diga que tem técnicos, mas isso em momento algum foi apontado.

BOAS FESTAS!
FELIZ ANO NOVO!

(51) 99388 3428
(51) 3325 5000

GUARDE FLEX
Self Storage
Solucionando necessidades de espaço

Rua Lauro Muller, 860 pav 01 - Porto Alegre